

# Senado anula relatório da despoluição do Lago <sup>DF</sup>Paranoá

Josemar Gonçalves

A Comissão do Distrito Federal no Senado decidiu, ontem, por seis votos a favor, três contra e uma abstenção, anular o relatório do senador Maurício Corrêa (PDT-DF) sobre o projeto de despoluição do Lago Paranoá. O relatório pedia a revogação da concorrência que escolheu as empresas executoras do projeto de despoluição. O senador pretende recorrer da decisão no plenário do Senado, ou ainda pedir a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as denúncias de irregularidades no processo licitatório e na escolha da opção técnica.

A reunião da Comissão teve quorum máximo, com a presença de 11 parlamentares. Desde o início do encontro já estava clara a tendência de cada um dos parlamentares: os favoráveis ao relatório e aqueles que não queriam nem mesmo discutir o mérito da questão. Os favoráveis eram Pompeu de Sousa (Sem partido/DF), Maurício Corrêa, e Chagas Rodrigues (PMDB-PI). Os contrários, Edison Lobão (PFL-MA), Alexandre Costa (PFL-MA), Saldanha Derzi (PMDB-MS), Mauro Borges (PDC-GO), Albano Franco (PMDB-SE) e Mauro Benevides (PMDB-CE).

O senador Ronan Tito (PMDB-MG), suplente da Comissão e que substituiu Iram Saraiva



*Maurício Corrêa vai recorrer*

(PMDB-GO), absteve-se de votar já que um pedido de vistas feito por ele foi negado, com um voto decisivo do presidente da Comissão, Meira Filho (PMDB-DF). Tito disse desconhecer todo o processo de julgamento do relatório, e queria se informar melhor para poder votar.

## Recursos

Na realidade o relatório de Maurício Corrêa foi prejudicado antes mesmo de ser votado pela

Comissão. Através de um recurso Edison Lobão, contestou a validade da Subcomissão que investigou as denúncias de irregularidade, e pediu a nulidade do documento aprovado inicialmente pela Subcomissão.

O voto dos parlamentares foi em cima da questão regimental, e apenas o senador Chagas Rodrigues que votou contra a anulação, baseou-se no mérito da questão, ou seja, no relatório propriamente dito. Para ele o importante era levar o estudo e o projeto de resolução proposto no relatório até o Plenário do Senado, uma instância maior no julgamento de processos deste tipo.

Maurício Corrêa disse que tem três alternativas para contestar a decisão da Comissão. A primeira é entrar com um recurso à Mesa Diretora do Senado, questionando a negativa do pedido de vista feito por Ronan Tito. A segunda é propor, através de um projeto de lei, a revogação da concorrência. Por último, e mais provável, o pedido de criação de uma CPI específica para apurar as irregularidades denunciadas.

Para o senador pedetista, a decisão da Comissão foi prejudicial para a credibilidade da instituição. "Diante de um expediente votado sumariamente e anulado por um plenário de maioria governista, a comissão tornou-se um organismo inócuo, afirmou ele.